



## CORDIALIDADE E BANALIDADE DO MAL NO BRASIL AUTORITÁRIO

DIEGO DOS ANJOS AZIZI<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente texto desenvolverá, em um primeiro momento, o conceito de 'cordialidade', construído por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*, como uma lente para tentar compreender pelo menos um dos aspectos que nos constitui enquanto uma sociedade autoritária. Em um segundo momento, será utilizado o conceito de 'banalidade do mal', desenvolvido por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*, para complementar nossa análise e buscar entre os dois conceitos certas 'afinidades eletivas'. O objetivo geral do texto é o de apresentar a possibilidade de utilizar esses dois conceitos - cordialidade e banalidade do mal - como chaves interpretativas possíveis para a análise do caráter autoritário da sociedade brasileira.

**Palavras-Chave:** Cordialidade; Autoritarismo; Banalidade do mal

## CORDIALITY AND BANALITY OF EVIL IN AUTHORITARIAN BRAZIL

**ABSTRACT:** This paper will develop, at first, the concept of 'cordiality', formulated by Sérgio Buarque de Holanda in his book *Raízes do Brasil*, as a lens to try to

<sup>1</sup> Bacharel e mestre em filosofia pela PUC-SP. Especialista em ciência política pela FESP-SP. Doutorando em filosofia pela UFPR. Diretor e professor do Instituto Welt\_Abaeté. Email: diegoazizi1@gmail.com

understand at least one of the aspects that constitute us as an authoritarian society. In a second step, the concept of the banality of evil, developed by Hannah Arendt in Eichmann in Jerusalem, will be used to complement our analysis and to search for certain elective affinities between the two concepts. The general objective of this paper is to present the possibility of using these two concepts as possible interpretive keys for the analysis of the authoritarian character of Brazilian society.

**Keywords:** Cordiality; Authoritarianism; Banality of evil

## INTRODUÇÃO

Desde o surgimento das redes sociais e sua popularização em todas as esferas de nossa sociedade, conseguimos ter acesso ao que pensam e sentem as brasileiras e os brasileiros em seu foro íntimo de maneira muito mais direta e, também, assustadora. Desde mensagens no *whatsapp* até posts públicos no *facebook*, *instagram* e *twitter*, seus conteúdos mostram o que antes nós conseguíamos acessar apenas por meio de pesquisas de opinião, com suas interpretações qualitativas e quantitativas reduzidas a números e percentuais que, às vezes, eram publicizadas em algum jornal. Friamente, os números nos pareciam mostrar uma realidade distante daquela disseminada sobre o brasileiro “cordial”, aparentemente pacífico, defensor da liberdade e da multiplicidade, da alegria e do amor. Contudo, algo que o mundo digital das redes sociais explicitou é que, no fundo, a imagem que temos do brasileiro comum é, no mínimo, paradoxal. Se por um lado o brasileiro se sente orgulhoso das características do país (das riquezas naturais, do clima, da diversidade) e das características positivas de seu povo (alegre, honesto, trabalhador, solidário), como apontam duas pesquisas realizadas em 1995 pelo Instituto Vox Populi e pelo Centro de Pesquisa e Documentação citadas e analisadas por José Murilo de Carvalho (1998), por outro lado enxergamos essa imagem de maneira invertida: o Brasil, que ao mesmo tempo é um dom de Deus e da natureza, com um povo pacífico, ordeiro, generoso, sem preconceitos de gênero, raça, classe e/ou credo, acolhedor de todos, seja o migrante ou o imigrante é também aquele que pode afirmar

que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. Alguém pode dizer-se indignado com a existência de crianças de rua, com as chacinas contra essas crianças ou indignado com o desperdício de terras não cultivadas e os massacres contra os sem-terra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo pacífico, ordeiro e inimigo da violência. Em suma, essa representação permite que uma sociedade que tolera a existência de milhões de crianças sem infância e que, desde o seu surgimento, pratica o *apartheid* social possa

ter de si a imagem positiva de sua unidade fraterna, ocultando para si mesma a violência social que a constitui (CHAUÍ, 2013, p.176).

O que as pesquisas de opinião acima indicaram, junto com a interpretação de Marilena Chauí, ainda estão em consonância com o que observamos em pesquisas mais atuais (TELLES, 2016; SOLANO, 2018) e, mais ainda, no testemunho do comportamento da população ao emitir opiniões pela internet sobre qualquer assunto que seja. Ao mesmo tempo em que temos um povo temente a Deus que defende a paz, a justiça e a igualdade, continuamos a testemunhar a constante defesa do porte de armas, o ataque a minorias, a defesa da pena de morte etc.

A hipótese que sugiro aqui não é nova, mas talvez ainda não seja plenamente observada por todos nós: a de que o Brasil é uma sociedade autoritária. Chamo de autoritarismo aqui uma forma de manifestação de discursos e de sentimentos reacionários que têm como fundamento uma aversão à expansão dos direitos humanos e a naturalização da violência. Como afirma Chauí (2013, p.301),

O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar nem sequer os princípios (velhos, de quase quatro séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 1789) e na Declaração dos Direitos Humanos (de 1948), repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação étnica, sexual e de classe; a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez, estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas também as relações sociais se efetuam sob a forma de tutela e do favor (jamais do direito), e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes).

É claro que tais manifestações autoritárias não são exclusivas do Brasil. Países com democracias historicamente bem constituídas (ou supostamente), como maior exemplo os EUA, possuem arroubos autoritários de tempos em tempos, como nos atesta os anos de governo de Donald Trump, apoiado por grande parte dos estadunidenses e chamado por Nancy Fraser de *neoliberalismo hiper-reacionário* (2018, p. 55). Contudo, há diferentes circunstâncias, particularidades sociais, históricas, políticas e culturais que nos diferenciam de outras nações e de outras culturas. As razões para nosso autoritarismo são dramaticamente nossas e, talvez, uma interpretação deste Brasil possa nos ajudar a compreendê-lo melhor.

O presente texto abordará, em um primeiro momento, o conceito de cordialidade, construído por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil* (2016) como uma lente para tentar compreender pelo menos um dos aspectos

que nos constitui enquanto uma sociedade autoritária. Em um segundo momento será utilizado o conceito de banalidade do mal, desenvolvido por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém* (1999), para complementar nossa análise e buscar entre os dois conceitos certas *afinidades eletivas*. O objetivo geral do texto é o de apresentar a possibilidade de utilizar esses dois conceitos como chaves interpretativas possíveis para a análise do caráter autoritário da sociedade brasileira.

## O MITO DA CORDIALIDADE

Sempre ouvimos falar do caráter “cordial” do brasileiro como sinônimo de “pacífico”, “acolhedor”, “amável”, em última instância, “civilizado”. A expressão “cordial” foi cunhada pelo escritor Ribeiro Couto (em carta para Alfonso Reyes) e apropriada por Cassiano Ricardo, que assimila cordialidade a uma certa amabilidade, bondade e sentimentalidade que faz com que o brasileiro seja entendido dentro de critérios absolutamente positivos. É essa a imagem que, tanto nós quanto estrangeiros, temos da sociedade e do povo brasileiro. Mas como é possível que um povo “cordial”, com tantas qualidades positivas, pode ser, ao mesmo tempo, autoritário e viver quase que perenemente em uma sociedade autoritária?

A trajetória política do Brasil é, sobretudo, uma trajetória autoritária. Em pouco mais de cento e noventa anos de história independente somam-se não mais que quarenta anos de preitos livres por meio dos quais a sociedade brasileira pode escolher diretamente a chefia do poder executivo nacional. O primeiro ensaio democrático, entre 1945 e 1964, foi permeado por profundas crises e instabilidades e o aparecimento de lideranças carismáticas em detrimento de representantes atinados às reais necessidades da sociedade brasileira constitui a base personalista e por vezes messiânica do populismo. A democracia instável e rarefeita foi mais uma esteira para o retorno de velhas forças conservadoras do que uma etapa à (*sic*) acumular experiência democrática para o Brasil. (NOTA dos editores, 2012, p. 7)

Que cordialidade seria essa então que, apesar de suas características positivas como a amabilidade e a pacificidade, nunca nos impediu de sempre mergulharmos em um autoritarismo tão presente em nossa realidade desde a nossa fundação? A essa pergunta construímos uma resposta parcial e simples: cordialidade não significa amabilidade, pacificidade e bondade e esses traços característicos do homem cordial não passam de um mito que falsifica o real sentido do conceito. Sergio Buarque de Holanda re-conceitualizou a cordialidade e, primeiramente, foi buscar seu sentido etimológico originário. Cordial, oriundo da palavra latina *cordis*, refere-se ao coração, metáfora para a afetividade e para a paixão (*pathos*<sup>2</sup>), aquilo que não é da ordem da razão, da reflexão, mas sim dos afetos. Como se sabe, afetos

2 *Pathos*, palavra grega que significa, literalmente, passividade. Aquilo que nos afeta passivamente, que nos atravessa.

e paixões não se referem apenas a conteúdos positivos, já que o ódio, o egoísmo, a violência são paixões tais como o amor, a generosidade etc.

O predomínio da vida rural, introduzida pelo iberismo português e a constituição da ordem de uma família patriarcal condicionaram certas estruturas sociais que predominam até hoje, de acordo com Sérgio Buarque. Ele aponta para

tensões entre as formas de sociabilidade que têm como eixo a família patriarcal e aquelas características do mundo moderno, que seriam a marca da cidade. Em outros termos, a modernização das formas de sociabilidade não ocorre, tornando-se obstáculo à configuração de uma esfera pública independente no Brasil (BASTOS, 2008, p. 235).

No início do quinto capítulo de *Raízes do Brasil*, dedicado ao conceito de cordialidade, Sérgio Buarque começa com uma referência à tragédia “Antígona”, de Sófocles. A referência funciona para iniciar a discussão sobre a distinção entre o Estado e a família, entre aquilo que é da ordem do público e aquilo que é da ordem do privado.

Curiosamente, o autor, ao citar a tragédia de Sófocles, narra apenas a sua parte inicial, quando as cartas ainda não eram definidas (...). Se pensarmos que *Raízes do Brasil* fora lançado em 1936, um ano antes da implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas, que de presidente torna-se patriarca ditador, seguindo um processo correspondente ao do rei Creonte, a citação da obra de Sófocles no capítulo “Homem Cordial” torna-se quase profética (...). É a parte da obra de Sófocles em que o rei Creonte, antes defensor do Estado, torna-se um ditador (...) o que se efetiva no Brasil, no ano seguinte ao lançamento de *Raízes do Brasil*. Não bastou a implementação do Estado para a transcendência da ordem familiar, eis que o novo governante se auto intitularia o pai dos pobres. (GNERRE apud DECCA, 2003, p. 222)

Profética ou não, a referência de Sérgio Buarque à tragédia de Sófocles busca evidenciar que entre o Estado e a família deve existir uma separação, uma descontinuidade, uma oposição. O Estado não é uma extensão da família, mas sim uma transgressão da ordem doméstica, sua transcendência. É a transgressão da ordem particularista familiar, e só por força dessa transgressão, dirá Sérgio Buarque, que “o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo (...).” (HOLANDA, 2016, p. 245) Ou seja, a incapacidade de distinção entre essas duas esferas, a pública e a privada, é também a impossibilidade da instauração de um Estado moderno que produza a experiência da cidadania e da democracia. A confusão, a relação promíscua entre o público e o privado, Max Weber chamou de “patrimonialismo”, conceito utilizado por Sérgio Buarque para se referir a um traço da realidade nacional que perdura desde sua instituição. Nesse sentido, o

Estado serve a interesses particulares, de famílias e amigos que se beneficiam de seus cargos públicos, fazendo com que o interesse público e cívico sempre seja sobreposto pelo interesse particular e privado dos círculos familiares, “falta a tudo a ordenação impessoal que caracterizava a vida no Estado burocrático” (HOLANDA, 2016, p. 253), aquele organizado pela razão e pelo pensamento, capazes de operar distinções.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje (HOLANDA, 2016, p. 252).

Ao longo da história do Brasil, é possível identificar o predomínio das vontades particulares que acompanham essa falta de ordenação impessoal, exigência para a instauração do Estado racional moderno. Percebemos esse predomínio das vontades particulares e familiares sempre vivo em nossa vida política. Os exemplos mais prementes são as famílias inteiras que, geração após geração, mantém o carreirismo dentro de cargos públicos passados de pais e mães para filhos e filhas. Curiosamente, o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, político de carreira há mais de trinta anos, possui três filhos em cargos públicos legislativos (um senador, um vereador e um deputado), mesmo dizendo-se “anti-sistema”; a família tem uma carreira patrimonialista de sucesso dentro do Estado brasileiro<sup>3</sup>. Em constantes declarações do presidente e de sua família, podemos ver essa confusão entre o público e o privado explicitamente, como em declaração feita por Eduardo Bolsonaro, dizendo que “não é função da polícia proteger a sua casa”<sup>4</sup>, ou a constante defesa do armamento da população (defesa privada, individual) ao invés da criação de políticas públicas que ataquem os fundamentos da violência urbana, da criminalidade e das desigualdades sociais. Os exemplos poderiam se estender indefinidamente. Tal comportamento se estende à sociedade civil que, condicionada aos comportamentos oriundos das elites patrimoniais configuradas violentamente ao longo de nossa história, referendam os comportamentos violentos apreendidos por essa indistinção entre as esferas, como a defesa da vingança ao invés da justiça, o ataque constante aos poderes da República, as manifestações que ocorrem livremente exigindo intervenção militar e instauração de ditaduras, a ojeriza à diversidade (sexual, racial, regional) e aos movimentos sociais etc. Somos campeões de mortes violentas sobre a comunidade LGBT, ativistas e líderes de

3 O presidente, inclusive, chegou a dizer que “um pai quer que seu filho coma filé mignon”, ao se referir à possível indicação de um de seus filhos ao cargo de embaixador do Brasil nos EUA.

4 Ver <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/05/10/nao-e-papel-da-policia-defender-a-sua-casa-diz-eduardo.ghm> Acessado em: 19/02/2021.

movimentos sociais, de partidos e de representantes públicos (como a vereadora assassinada Mariele Franco).

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda da influência ancestral dos padrões de convívio humanos, informados no meio rural e patriarcal. **Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneira, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças** (HOLANDA, 2016, p. 254. Grifos meus).

Estados democráticos maduros e bem configurados exigem a distinção entre a ordem pública e a privada. É preciso que o exercício da razão, do pensamento, disseminado na sociedade civil, produza a compreensão de que certos rituais devem ser seguidos. Exemplo do caráter ritualístico das democracias é o respeito ao rito democrático instaurado pela Constituição Federal, respeito às leis e aos poderes representativos das vontades da população, encarnadas em seus representantes eleitos. O respeito aos ritos democráticos é exigência para o Estado de direito, mas “nenhum povo está mais distante dessa noção ritualística da vida do que o brasileiro” (HOLANDA, 2016, p. 254). Talvez esse seja o sentido da constatação de Sérgio Buarque de que a democracia, por aqui, nunca passou de um lamentável mal-entendido (HOLANDA, 2016, p. 281).

Sérgio Buarque inaugura no pensamento social brasileiro um estilo ensaístico essencialmente interpretativo da sociedade brasileira a partir de uma análise historiográfica do passado, com a pretensão de “compreender a presença das ‘formas de vida social, de instituições e de mentalidades, nascidas no passado, mas que ainda faziam parte da identidade nacional que acreditava estar em vias de ser superada’” (BASTOS, 2003, p. 228). É a análise da mentalidade brasileira, de sua psique, que Sérgio Buarque empreende em *Raízes do Brasil* e, para isso, analisa a cultura brasileira e sua origem colonial como forma de compreensão da realidade contemporânea. O eixo discursivo de Sérgio Buarque, para a estruturação de sua narrativa, é o da cordialidade, que funciona como um “tipo ideal” weberiano<sup>5</sup>, o que não significa que o “homem cordial” exista de fato, mas serve como uma lente para que certos aspectos, por vezes fiéis e por vezes exagerados da mentalidade brasileira, 5 “Se queremos tentar uma definição genética do conteúdo do conceito, apenas resta a forma do tipo ideal, no sentido anteriormente estabelecido. Trata-se de um quadro de pensamento, e *não* da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”, e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade a maneira de *exemplar*. Tem antes o significado de um conceito limite puramente ideal, em relação ao qual se *mede* a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada*.” (WEBER, 2003, p.109, grifos do autor).

sejam capazes de produzir a compreensão de nossos processos culturais. Essa forma de analisar a identidade do país, suas circunstâncias, suas particularidades, difere muito da tradição do pensamento social, determinista (racial, climática, geográfica), de nomes como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Alberto Torres, Nina Rodrigues etc. Para Sérgio Buarque, tais elementos fundadores de uma mentalidade não são deterministas, mas contextuais e circunstanciais. Não nos determinam, mas condicionam certos direcionamentos, superações e retornos de elementos de nosso passado fundante que se mantêm vivos.

A herança ibérica (para Gilberto Freyre, positiva) é para, Sérgio Buarque, negativa e a marca maior de nossa cordialidade.

Considerando sua visão crítica da herança ibérica, Sérgio Buarque argumentou que a cultura da personalidade era um obstáculo a qualquer forma de associação que tenha por base os interesses. A possibilidade de associação se dá muito mais através dos sentimentos, sendo estes que forjam o único tipo de disciplina possível: 'a obediência cega' (SOUZA, 2017, p. 198).

Com isso, uma ética de fundo emotivo rege nossas relações, fazendo com que nosso passado cordial sempre faça parte de nosso presente. A violência fundante de nossa sociedade, colonizada, escravizada, é vendida como um mito heroico. Os nomes de bandeirantes (desbravadores, escravagistas e estupradores) famosos estampam nomes de ruas, cidades, municípios, escolas e suas estátuas estão distribuídas ao longo do território nacional como heróis fundadores de nossa nação enquanto suas vítimas (pessoas negras e indígenas escravizadas) são esquecidas e, frequentemente, odiadas pelo povo brasileiro. Não podemos esquecer que há resistências a essa mentalidade e que, diuturnamente, brasileiros e brasileiras lutam para que essa forma de ser se modifique. Contudo, as constantes manifestações nas redes sociais, as notícias nos jornais, a eleição dos representantes (seja do executivo ou do legislativo) ainda atestam uma força dessa mentalidade cordial.

É na relação entre o meio rural e a cidade colonial, floresta/campo e meio urbano, que são dadas as bases para a constituição da *cordialidade*.

Através dela são realizadas lentas transformações, produzidas sempre de cima para baixo, ou seja, pelos dominadores que possuem traços arcaicos e que mantêm praticamente intacta a nossa herança rural. (RAMIREZ, 2007, p.147)

Não podemos esquecer que o agronegócio que rege a economia brasileira faz parte dessa herança portuguesa, analisado por Sérgio Buarque "ao mostrar que a agricultura tanto em Portugal como aqui ficava subordinada à ação perdulária e devastadora, assemelhando-se em muito às atividades de exploração do ouro" (DIAS, 2003, p. 323). Some-se a isso a eleição de nosso atual presidente, chamado de



mito, ou seja, aquilo que se repete irracionalmente (aparentemente diferente, mas igual) a partir do rito, que converge muito para a autoridade daquilo que Weber chamou de líder carismático: “o senhor carismático tem de se fazer acreditar como senhor ‘pela graça de Deus’, por meio de milagres, êxitos e prosperidade do séquito e dos súditos.” (WEBER, 2003, p. 137). Um presidente que é eleito e se mantém com apoio de grande parte da população, sustentando um discurso violento e autoritário, messiânico (a ironia é o nome do meio “Messias” do presidente brasileiro), é um atestado da vigência do caráter cordial do brasileiro que insiste em se manter atual.

## BANALIDADE DO MAL E A EXIGÊNCIA DO PENSAMENTO

Há, além do conceito de cordialidade, mais um que pode nos ajudar a compreender o porquê de sujeitos comuns, autointitulados pessoas de bem, pais amorosos, avós preocupadas, serem capazes de perpetrar as maiores injustiças, desejar a morte de inocentes, apoiar regimes autoritários (no qual elas, talvez irracionalmente, esquecem-se de se incluir) e, inclusive, matar a sangue frio sem o menor pingão de remorso aqueles que se enquadram na categorização de inimigo. Esse conceito é o de banalidade do mal, definido por Hannah Arendt em seu *Eichmann em Jerusalém*.

O nazista desumanizava o judeu, retirando das vítimas seu próprio mundo; o militar brasileiro desumanizava o “subversivo”, retirando seu próprio mundo. O brasileiro de hoje desumaniza o inimigo (são muitos, de petralhas à feminazis), retirando seu próprio mundo, tornando-os nus e, por isso, sem mundo e sem valor<sup>6</sup>. Reduzir seres humanos à condição de vida nua e supérflua que pode ser eliminada sem maiores problemas é a origem do mal, político e moral.

Quando Arendt refletia sobre o julgamento de Eichmann, oficial nazista de alta patente responsável por transportar os judeus para os campos, percebeu uma coisa curiosa sobre ele, e essa percepção a fez conceber o mal a partir de uma outra perspectiva. Na tradição ocidental, temos a maldade representada a partir de uma faceta que lhe é própria. Nos filmes, nos livros, no imaginário coletivo, a maldade sempre vem acompanhada de uma faceta demoníaca. O homem mau aparenta a

6 O conceito de Mundo é bastante importante para a filosofia existencial e ocupa um papel muito importante no pensamento de Arendt. “Mundo refere-se ao conjunto de artefatos, obras e instituições criados pelos homens, os quais permitem que eles estejam relacionados entre si sem que deixem de estar simultaneamente separados. Mundo diz respeito às barreiras artificiais que os homens interpõem entre eles e a natureza, referindo-se, também, àqueles assuntos que aparecem e interessam aos humanos quando eles entram em relações políticas uns com os outros” (DUARTE, 2009, p.162).

maldade, ele é monstruoso, perverso. Sabemos, por exemplo, quem é o vilão de um filme ou novela apenas ao termos contato com sua fisionomia. Arendt percebeu que com Eichmann isso não se dava dessa forma. Ela não tinha diante de si a figura de um monstro, mas sim a de um sujeito comum, medíocre, que apenas cumpria ordens dentro de uma burocracia superior a ele. Dizia ele, sempre através de frases feitas (clichês), que apenas cumpria ordens e que nunca cometera crime algum. De fato, mesmo que Eichmann não tivesse puxado nenhum gatilho, o responsável pelo destino de milhões de seres humanos inocentes era ele, já que tinha como função o transporte desses humanos para as fábricas de morte. Segundo Arendt, a linguagem e o pensamento estão intimamente ligados e, portanto, a pobreza de um é a pobreza do outro. Percebeu em Eichmann uma incapacidade abismal de se comunicar coerentemente e, quando do depoimento do nazista, percebeu que

Eichmann não conseguiu achar nenhuma outra maneira de se expressar. Vagamente consciente de uma incapacidade que deve tê-lo perseguido ainda na escola – chegava a ser um caso brando de afasia – ele pediu desculpas, dizendo: “Minha única língua é o oficialês [Amtssprache]”. Mas a questão é que o oficialês se transformou em sua única língua porque ele sempre foi genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê (ARENDR, 1999, p. 61).

Os clichês, como vimos acima, são amplamente utilizados como um tipo de ideologia, que manipula a realidade e forja condições políticas irreais. Os clichês substituem o pensamento.

Eichmann, apesar de sua má memória, repetia palavra por palavra as mesmas frases feitas e clichês semi-inventados (quando conseguia fazer uma frase própria, ele a repetia até transformá-la em clichê) toda vez que se referia a um incidente ou acontecimento que achava importante. Quer estivesse escrevendo suas memórias na Argentina ou em Jerusalém, quer falando com o interrogador policial ou com a corte, o que ele dizia era sempre a mesma coisa, expressa com as mesmas palavras. Quanto mais se ouvia Eichmann, mais óbvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de **pensar**, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa. Não era possível nenhuma comunicação com ele, não porque mentia, mas porque se cercava do mais confiável de todos os guardacostas contra as palavras e a presença de outros, e portanto contra a realidade enquanto tal (ARENDR, 1999, p. 62, grifo da autora).

Ou seja, os clichês são a resistência dos sujeitos à realidade, pois é na realidade que se dá a presença dos outros. Resistência à realidade é ideologia. Eichmann é o paradigma do “homem de bem”, mediocrementemente comum, amparado na ausência do pensamento, seguidor de fórmulas burocráticas e incapaz de pensar, porque só capaz de pronunciar clichês. Ele é o retrato do homem medíocre, comum, banal, pois não há nada de excepcional nele. Eis a fonte do mal: a banalidade do

homem medíocre incapaz de pensar por si e, pior, incapaz de pensar sob o ponto de vista do outro (já que destitui o outro de seu “mundo” de significações).

Não há argumento possível, não há razão que possa persuadir o homem medíocre, enquanto encarna a banalidade. No protesto do dia 12 de Abril de 2015, no Rio de Janeiro (que entre outras coisas pedia ditadura e golpe), uma mulher foi para a rua defender a legitimidade da democracia e do governo eleito de Dilma Rousseff através do voto popular e, aos gritos de “comunista”, “vagabunda”, “volta pra Cuba” (clichês), quase foi linchada pela turba enfurecida, apenas porque tentou argumentar com alguns manifestantes que pediam intervenção militar. O problema é que, contra os clichês, que são violência pura contra a realidade, não há argumentação possível.

Acreditam que livros possam funcionar como armas e que se pode lutar com palavras. As armas e a luta, entretanto, pertencem à atividade da violência, e a violência, distinguindo-se do poder, é muda; a violência tem início onde termina a fala. Quando usadas com o propósito de lutar, as palavras perdem sua qualidade de fala; transformam-se em clichês. (...) O resultado de todas as tentativas desse tipo é a doutrinação (ARENDDT, 1993, p.40).

Assim sendo, é impossível argumentar com os agressores em um linchamento, com os torturadores em uma cela, com um policial em execuções, com turbas ideologicamente odiosas, nas ruas ou na rede. O efeito da doutrinação é a atualização das paixões, das emoções, e não da razão. Uma doutrina que faz introjetar o ódio, produz ações violentas e, portanto, é imune às palavras e ao pensamento, por mais sólidos e consistentes que possam ser.

O professor Luiz Roberto Salinas Fortes<sup>7</sup>, em 1970, foi preso pelos agentes da ditadura após ministrar na USP um curso sobre a *República* de Platão (cujo tema principal é o conceito de Justiça). Ironicamente, no livro I da *República*, um personagem a princípio odioso, Trasímaco, entra no diálogo entre Sócrates e seus interlocutores acerca da justiça, para afirmar que a justiça não existe, não é nobre e não passa da conveniência do mais forte. Assim como os torturadores, como os militantes violentos

Trasímaco também intercepta, interrompe, corta; sua intervenção é um curto circuito na amena indagação de Sócrates. Lembrem-se de como adentra o gramado naquele primeiro livro de A República de Platão? Trasímaco, em várias ocasiões, “enquanto falávamos, tinha tentado tomar parte na conversa, mas fora impedido por seus vizinhos, que queriam ouvir-nos até o final”. E na “pausa que fizemos, quando acabara eu de pronunciar estas palavras, ele não se conteve mais; tendo se recolhido sobre si mesmo, lançou-se sobre nós como se fosse para nos dilacerar” (SALINAS, 2012, p. 27-28).

7 O professor Salinas escreveu um retrato biográfico contando sua experiência de prisão e tortura na época da ditadura intitulado *Retrato Calado* (2016).

Contudo, lembrem-se também de que Trasímaco ao fim do diálogo, mesmo a contra gosto, cede aos argumentos de Sócrates e, se uma fúria odiosa o toma quando intervém no diálogo termina talvez não convencido, mas vencido, em uma indiferente paz. O problema que Salinas identifica é que há um abismo imenso entre

a literatura e o choque, entre o argumento e a porrada; e o que responder à porrada, como contra argumentar à descarga senão através do grito ou da rajada de fezes? Já o pedagogo não mais dissertaria impunemente sobre tão graves matérias. Sócrates é obrigado a redobrar seus esforços, a comprovar sua boa-fé na investigação, a demonstrar a legitimidade do diálogo e da interrogação. Mas a partida, no universo do grande diálogo, está de antemão ganha. Trasímaco acaba por aceitar o diálogo, seu rubor denuncia sua má-fé e ele acaba por se calar, confundido no anonimato do círculo dos dialéticos. (...) Não seria Trasímaco, no fundo, um bom rapaz?" (SALINAS, 2012, p. 29).

Confirmando o que Arendt apontou sobre a relação entre a violência e a palavra, Salinas, ao lembrar-se de suas sessões de tortura identifica a incapacidade de argumentar com seus torturadores. Que palavra consegue persuadir os choques elétricos ou as porradas recebidas no pau-de-arara? Nem seus torturadores, nem os cidadãos pertencentes às turbas violentas estão abertos ao diálogo. Trasímaco, por mais odiento que possa parecer, ao final do texto, encontra um bom lugar na reflexão de Salinas: não seria ele um bom rapaz, no final das contas, já que aceitou o diálogo, aceitou pensar e aceitou ouvir o ponto de vista do outro?

Salinas foi vítima do ódio, da incapacidade de pensamento, dos clichês. Todas as vítimas espancadas, linchadas, mortas, torturadas, por pertencerem a etnias, religiões, partidos, grupos diferentes, são frutos da mesma resistência à realidade. A mulher que, segundo o clichê corrente, "não se dá ao respeito" e é culpabilizada pelo estupro que sofre; o estudante que, segundo o clichê corrente, é espancado por ser "petralha, bolivariano, esquerdopata"; o cidadão que, segundo o clichê corrente, é convidado a "voltar pra Cuba" ou a levar um criminoso pra casa porque está com dó ("tá com pena, leva pra casa"); o advogado que, segundo o clichê corrente, é ameaçado de morte já que "direitos humanos servem apenas para humanos direitos". Existem tantos outros exemplos que poderíamos elencar aqui, mas cuja ideia principal o leitor já pode captar. Todos esses exemplos estão sofrendo (e já sofreram no passado) manifestações de ódio que, não raro, terminam em barbárie. "Por mais monstruosos que fossem os atos, o agente não era nem monstruoso nem demoníaco, e a única característica específica que se podia detectar (...) era algo inteiramente negativo: não era estupidez, mas uma curiosa e totalmente autêntica incapacidade de pensar" (ARENDRT, 2004, p. 226).

O pensamento é o único capaz de contornar tal quadro. Mas o pensamento exige esforço, exige prática e rigor, além de honestidade intelectual. O pensar exige

decisão e coragem, para desviar dos clichês e das fórmulas fáceis que tergiversam o mundo. O mundo e seus problemas não são simples nem fáceis, por que então escolher as formas mais fáceis de tentar entendê-lo?

Falta-nos hoje em dia a paciência necessária para elaborar o conceito, para analisar as informações, para realizar a síntese do conhecimento.

Hoje como ontem, só a razão é crítica, porque seu meio vital é a negação de toda facticidade, e o irracionalismo é sempre conformista, pois seu modo de funcionar exclui o trabalho do conceito, sem o qual não há como dissolver o existente. (...) A verdadeira razão é consciente dos seus limites, percebe o espaço irracional em que se move e pode, portanto, libertar-se do irracional. (ROUANET, 1987, p. 12-13)

Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt torna o nazista um personagem conceitual. Ele é uma abstração, um conceito que representa aquele que parou de exercer seu juízo. Segundo Arendt, Eichmann não tinha grandes convicções ideológicas, não era nenhum doente mental e nenhum militante engajado ideologicamente, mas apenas um sujeito normal, um adesista de ocasião ao regime e um agente consciente. Mas como uma pessoa comum pode aceitar a violência, o mal moral e político, o extermínio e o sofrimento de outros seres humanos? Há um problema em admitirmos que uma pessoa normal, nem burra, nem doutrinada nem cínica fosse incapaz de distinguir o bem do mal, o certo do errado. Para Arendt, isso ocorre por uma incapacidade de pensar, ou seja, uma incapacidade de utilizar o julgamento para distinguir e compreender os fenômenos. A banalidade do mal é fruto da falência do pensamento e do juízo e o mais espantoso é o fato de que tantos eram como Eichmann (que não era a exceção no regime, mas a regra). A presunção e a vanglória, aliadas à mediocridade dos agentes, faz com que sujeitos ressentidos sejam alçados a cargos de sucesso por adesão ao regime totalitário. O adesismo aos mandamentos burocráticos de um regime irracional que tem a mentira como moeda de troca constrói uma narrativa própria para a obtenção de grandeza por parte dos outros. A carreira de Eichmann foi constituída desse modo, ao desistir de uma carreira privada para obter ascensão no partido nazista. Era pretencioso, ambicioso, mas um arrivista, não um fanático lutando por uma causa ideológica. Eichmann se colocava, orgulhosamente, como um técnico, um especialista, na questão judaica<sup>8</sup>. Era um oportunista e presunçoso. A relação entre uma subjetividade arrivista e uma maquinaria mortal por parte do Estado permitiu atitudes monstruosas por parte de pessoas comuns, medíocres. Segundo Arendt, o que faltou foi o exercício do juízo e do pensamento, da capacidade de problematizar as circunstâncias singulares e seus resultados. O juízo e o pensamento são os meios pelos quais podemos operar distinções, não produzem a verdade como na matemática, mas produzem a

8 O regime totalitário nazista era conhecido por sua composição “técnica” e “especializada”, algo que ouvimos muito no Brasil desde 2018, com a exigência de quadros “técnicos” e não ideológicos na composição dos cargos governamentais.

compreensão. Hannah Arendt, a propósito do conceito de compreensão, nos diz que:

(...) a compreensão é um processo complexo, que jamais produz resultados inequívocos. Trata-se de uma atividade interminável, por meio da qual, em constante mudança e variação, aprendemos a lidar com nossa realidade, reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo. (...) A compreensão é interminável e, portanto, não pode reproduzir resultados finais; é a maneira especificamente humana de estar vivo, porque toda pessoa necessita reconciliar-se com um mundo em que nasceu como um estranho e no qual permanecerá sempre um estranho, em sua inconfundível singularidade (ARENDDT, 1993, p.39).

O nazismo alçou os fragmentados, os fracassados, à relevância e ao sucesso (algo que, para nós brasileiros, hoje, soa muito familiar). Como dito acima, Eichmann, esse personagem conceitual representante de milhões como ele, se vangloriava de sua eficácia em cumprir as ordens do regime. Era um burocrata<sup>9</sup>, como diz Arendt, incapaz do pensamento (o que não se confunde com uma racionalidade puramente técnica).

Esse adesismo ao regime, a incapacidade de pensar e falar sem o intermédio dos clichês por parte dos agentes medíocres produz a indiferença pelos outros (o auto-engano, a ausência do juízo). Eis o fundamento da banalidade do mal, que não é sinônimo de banalização do mal, afinal, os atos monstruosos não são qualquer coisa de banal, mas sim produzidos por um agente banal. É a ação pela destruição, seja pelo adesismo indiferente ou pelo fanatismo, para Arendt não importa, e a culpabilização deve ser atribuída da mesma forma, não importa o fundamento. Sem o exercício singular do pensamento, capaz de pensar as singularidades, é a banalidade do mal que impera. A obediência<sup>10</sup> cega à mistificação do regime, ao mito, não pode desculpar os agentes, dirá Arendt. Obedecer é, em última instância, apoiar.

Nesse sentido, Hannah Arendt deixa de usar o conceito de “mal radical”, pois o mal não pode ser radical, ele não é profundo. Só o pensamento pode ser profundo, pode ser radical, já que exige do sujeito uma atividade do juízo que busque a compreensão das singularidades, que permita operar distinções. O mal é superficial, pois sua causa é a mediocridade de quem se recusa a pensar.

Eu de fato penso atualmente que o mal nunca é ‘radical’, que ele é apenas extremo e não possui profundidade nem qualquer dimensão demoníaca. Ele pode proliferar e devastar o mundo inteiro precisamente porque ele se espalha como fungo sobre a superfície. Ele desafia o pensamento, como eu disse, porque o pensamento procura alcançar alguma profundidade, ir às raízes, e, no momento em que lida com o mal, ele

9 Não confundir a burocracia do regime nazista e o burocrata nazista com o conceito weberiano de burocracia.

10 Termo esse que mistifica, também, a responsabilidade do agente.

se frustra porque não há nada. Isto é ‘banalidade’. Apenas o bem tem profundidade e pode ser radical” (*Carta de 20 de julho de 1963 a Gershom Scholem*, cf. ARENDT, 2016, p. 763).

O que foi brevemente explicado aqui já nos consegue dar alguns argumentos para podermos identificar afinidades eletivas entre os conceitos de cordialidade e banalidade do mal para, enfim, torná-los chaves de interpretação para alguns aspectos da realidade brasileira, enfatizando, como propus no início do texto, a questão do autoritarismo da sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: AFINIDADES ELETIVAS ENTRE A CORDIALIDADE E A BANALIDADE

Sérgio Buarque de Holanda inicia o quinto capítulo de *Raízes do Brasil* afirmando que entre o Estado e a família deve existir uma separação, uma distância, até mesmo uma oposição, para que a democracia e os valores cívicos do Estado moderno possam emergir. Contudo, ao analisar a singularidade da formação da mentalidade e da cultura brasileira a partir da colonização ibero-portuguesa, identifica na conformação da família patriarcal, no sentimentalismo e no patrimonialismo desta a origem do que chamará de “cordialidade”. Sérgio Buarque se serve do pensamento para identificar a singularidade da sociedade brasileira e operar distinções radicais (vai às raízes do Brasil) que permitam compreender não apenas o passado que nos condiciona, mas o presente que insiste em repetir os “mitos fundadores” de nossa nação. O homem cordial é aquele tipo regido pelas emoções, pelos sentimentos e paixões, incapaz de distinguir as particularidades necessárias que diferenciam o Estado da família e que, de maneira promíscua, se serve de um (Estado) para benefício do outro (família). As vontades particularistas fundadas nas emoções e não na razão e no pensamento fazem com que os ritos democráticos sejam desprezados por aqui.

O que é a sociedade brasileira enquanto sociedade autoritária?

É uma sociedade que conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classe, fazendo-a ser uma concessão regulada e periódica da classe dominante às demais classes sociais, podendo ser-lhes retirada quando os dominantes assim o decidem (como durante as ditaduras).

É uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas, em relações de hierarquia, mando e obediência (situação que vai da família ao Estado, atravessa as instituições

públicas e privadas, permeia a cultura e as relações interpessoais) (CHAUI, 2013, p.306).

Nesse sentido, a lei sempre foi usada como uma arma de preservação de privilégios, a representação política sempre se configurou de maneira clientelista e populista e os valores cívicos sempre foram atacados em detrimento dos valores individuais (como, por exemplo, a defesa do porte de armas ao invés da defesa de políticas públicas de segurança).

Hannah Arendt, e seu conceito de ‘banalidade do mal’, guarda algumas afinidades que podem enriquecer a análise de nossa sociedade autoritária. Uma dessas afinidades é a incapacidade, tanto do homem cordial quanto do homem banal (e mau) de exercer o juízo e o pensamento para operar distinções. Tanto a incapacidade de distinguir a diferença entre o público e o privado quanto o bem do mal exigem o não uso do juízo e do pensamento. A ausência de uso dessas faculdades impede a capacidade de “compreensão”, aquele exercício sem fim que, mesmo que nos direcione ao erro, busca profundidades, raízes. Essa ausência de juízo e razão e o comando das emoções e das paixões<sup>11</sup> levam, tanto o homem cordial de Sérgio Buarque quanto o homem banal e mau de Hannah Arendt à obediência e à credulidade que busca o benefício privado em detrimento das consequências públicas que trará. Eichmann se tornou um burocrata técnico da questão judaica por almejar o sucesso e a vanglória (assim como a maioria dos arrivistas e fanáticos do regime), assim como o homem cordial, crédulo e obediente, que se serve dos precedentes públicos para os benefícios privados, seus e de sua família e amigos. Essa obediência e credulidade levam tanto o homem cordial quanto o banal e mal a ainda acreditarem em **mitos**.

Após esta análise não exaustiva dos conceitos de banalidade do mal e de cordialidade, acredito ser possível utilizá-los como chaves interpretativas de nosso autoritarismo, podendo servir para a compreensão de pelo menos alguns aspectos de o porquê a sociedade brasileira não consegue abandonar seus elementos autoritários.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Escritos judaicos**. Trad. Laura Degaspere Monte Mascaro, Luciana Garcia de Oliveira, Thiago Dias da Silva. Barueri: Amariyls, 2016.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém**: Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

11 O que em Sérgio Buarque pode ser referido à ação dos “semeadores e ladrilhadores” e pode ser melhor compreendido à leitura de PIVA, 2000.



\_\_\_\_\_. **A dignidade da política.** Tradução de Helena Martins e outros. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade e Julgamento.** Tradução de Rosaura Einchenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BASTOS, E. Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo in **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

CARVALHO, J. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol. 13 n. 38, São Paulo, Oct. 1998.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro.** Belo Horizonte: Autêntica editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

DECCA, E. Decifra-me ou te devoro: as metáforas em Raízes do Brasil in **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

DIAS, M. Negação das negações in **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas.** Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

DUARTE, A. *Hannah Arendt in Os Filósofos: Clássicos da filosofia (V.III).* Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FORTES, L. R. S. *Retrato Calado.* São Paulo: Cosacnaify, 2012.

FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 17 - Nº 40 - Set./Dez. de 2018.

HOLANDA, S. [1936] **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2016.

NOTA dos editores. **Aurora: revista de arte, mídia e política,** São Paulo, v.5, n.14, p.7-9, jun.-set. 2012.

PIVA, L. **Ladrilheiros e Semeadores** – A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 – 1940). São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Editora 34, 2000.

RAMIREZ, P. **Dialética da cordialidade: afinidades eletivas benjaminianas no pensamento político e social de Sérgio Buarque de Holanda.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP. São Paulo. P.247. 2007.

ROUANET, S. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise*. V. 42, 2018.

SOUZA, M. Contribuições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ao pensamento brasileiro in **Pensamento social brasileiro: matrizes nacionais-populares**. São Paulo: Ideias & Letras, 2017.

TELLES, H. A Direita Vai às Ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos anti-governo. **Ponto e Vírgula** - PUC SP - No. 19 - Primeiro Semestre de 2016. p. 97-125.

WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003.